

CRISE, PANDEMIA E DESIGUALDADES: IMPACTOS NA QUESTÃO URBANA E HABITACIONAL

Edmilson Brito Rodrigues

Em primeiro lugar, agradeço à professora Joana Valente, exemplo de uma práxis científica voltada à produção do mundo justo, pela honra de ter sido convidado a participar deste importante evento. Mais honrado, ainda, por compartilhar a mesa com a sabedoria da professora Ermínia Maricato, uma das maiores referências do urbanismo crítico.

Eventos como este ajudam-nos a tornar ainda mais fértil o chão da revolução urbana tão imprescindível à humanização do território brasileiro e do mundo.

Belém, como muitas cidades brasileiras, tem muitas coisas bonitas a serem mostradas, mas necessário se faz refletir sobre seus problemas, a fim de contribuir na busca de saídas para a crise urbana do Brasil. Belém é uma cidade pobre e desigual, a terceira com maior índice de desigualdade entre as capitais do Brasil. Nela não há morros, ao contrário, há baixadas (áreas alagadas ou alagáveis por estarem abaixo da cota 4m). Quase metade de seu território constitui-se de baixadas, que são áreas pertencentes à União – *terras de marinha*, conforme Decreto-Lei 9.760/46 com base na linha da preamar média das marés altas de 1831, ocupando uma faixa de terra de 33 metros ao longo de toda a costa brasileira –, criando, assim, uma dificuldade enorme para o planejamento urbano e para a regularização fundiária.

Fui apresentado aqui como professor, o que é uma honra, e como prefeito de Belém pela terceira vez, o que é um privilégio, mas também me traz preocupações. A pensadora brasileira Maria da Conceição Tavares, em um evento do PT, em 1996, antes da minha posse no primeiro mandato de prefeito, disse-me: “Moleque, o que é que tu vais fazer no governo de uma cidade tão pobre como Belém, onde, 20 anos atrás, pela primeira vez na minha vida, eu vi uma criança de nove anos ou menos prostituída?”. Aquilo me provocou um frio na barriga. A mesa era formada por Cristóvão Buarque, do Distrito Federal (DF), Raul Pont (Porto Alegre) e outros governantes locais deste país pobre, cujas desigualdades intraurbanas e inter-regionais são tão fortes que fizeram Florestan Fernandes alertar sobre os riscos para os socialistas que governam as cidades; os governos subnacionais seriam armadilhas, haja vista não disporem do poder de determinação sobre questões estruturais como política macroeconômica, dívida pública, política fiscal, e outras coisas importantes para se pensar o território brasileiro como uma totalidade integrada a um sistema-mundo que exige ser revolucionada.

Mas é necessário correr riscos quando se pretende mudar o mundo para melhor, apesar de ser muito difícil, mesmo, governar uma cidade pobre e desigual, porque se sabe que sem recursos financeiros não se faz muita coisa, ainda mais quando se administra uma cidade literalmente destruída após 16 anos de governos liberais limitados a manter a ordem perversa.

Programas premiados foram extintos. Por exemplo, em breve teremos um moderno sistema de coleta e tratamento de resíduos sólidos, mas o sistema de limpeza da metrópole, que em 2004 mereceu o prêmio Dubai da ONU (Habitat) como uma das dez melhores práticas do mundo (Programa de Desenvolvimento Humano na Comunidade do Aurá) foi

desestruturado. Hoje vivemos uma nova “crise do lixo”, um inferno metropolitano intencionalmente instalado, desde que uma empresa transnacional, sem o prévio processo licitatório, mas com o aval de membros do sistema da justiça (promotores públicos, juízes etc.) assumiu a gestão do sistema. Quando o intuito exclusivo de enriquecimento ilícito, ainda que institucionalmente acobertado, estabelece-se, o resultado é o aprofundamento da crise e a produção de heranças malditas que aumentam os riscos de sermos apreendidos pela armadilha do limitado poder de determinação dos governos locais.

A pergunta que se faz é: Pode-se admitir a destruição de programas tão fundamentais à cidade? Por que o estado é incapaz de impedir e, muitas vezes, até legitima a negação de direitos da cidadania? Por que a sociedade tem dificuldade para reagir e impedir retrocessos no exercício dos direitos à cidadania que ainda são tão insuficientes?

Assiste alguma razão aos socialistas que têm medo de ocupar espaços de poder local. Ainda mais porque há uma intencional criminalização da política perpetrada pelos agentes hegemônicos do uso do território. Contudo, há de se ter coragem para assumir o desafio de contribuir com mudanças no modo de governar a fim de viabilizar reformas urbanas que nutram o projeto de mudanças estruturais necessários à superação da profunda crise urbana brasileira. No meu caso, como arquiteto e urbanista devo acreditar no futuro urbano socialmente justo, ecologicamente equilibrado e democrático como possibilidade. Aliás, Ermínia Maricato, Joana Valente, demais participantes, a razão deste seminário é nossa condição de sonhadores, dos que nunca se negam a assumir a complexa tarefa de ampliar as possibilidades e reduzir os limites impostos pelas circunstâncias e, mais do que isso, pelo sistema do capital que só pode se reproduzir produzindo escassez – condição para a mercantilização de tudo e para a acumulação da massa de lucro –, ou seja, a sistêmica e intencional negação de bens e serviços necessários à cidadania plena, em que o direito de morar se destaca. Então, se a experiência de reconstrução é difícil, mais ainda em tempo de uma assustadora pandemia (Covid-19), ela é também imprescindível e poderá ser virtuosa.

Um seminário de Serviço Social, área técnico-científica e profissional tão engajada na defesa do direito ao exercício pleno da cidadania a uma cidade urbanizada e humana, ganha importância no necessário esforço de pensarmos uma saída para a crise socioespacial. A discussão sobre habitação, no período da pandemia da covid-19, torna-se mais importante porque a gestão da máquina pública municipal ficou mais difícil. Nesse aspecto é uma honra falar que Belém alcançou as mais elevadas taxas de imunização em todas as faixas etárias, superando os índices de vacinação ocorridos nas maiores e mais ricas metrópoles. Isso é uma vitória também ideológica, haja vista que aqui o fascismo tem força expressiva, tanto que o candidato da extrema direita quase ganha a eleição na qual fui eleito prefeito em 2020. O candidato, apoiado pelo presidente da república Jair Bolsonaro, chegou perto da vitória. Como explicar essa contradição? Como um candidato representante de uma experiência de administração premiada quase sofre uma derrota para alguém que meses antes era totalmente desconhecido? A Ermínia Maricato nos evocou à importância de um esforço sistemático de recuperação da memória. Certamente, um certo descompromisso com a comunicação e com a memória das diversas experiências de esquerda de administração de cidades explica o porquê do sucesso de candidaturas oportunistas e descompromissadas com a verdade histórica. A capacidade ofensiva dos agentes hegemônicos tem conseguido, via de regra, eficácia em destruir experiências belas,

porque comprometidas com a justiça social, o equilíbrio ecológico e a democracia verdadeiramente consubstanciada na soberania popular.

Recentemente escrevi um capítulo do livro *Reflexões Geográficas em Tempos de Pandemia*, organizado por Ayala Colares e Luís Augusto Soares, geógrafos. Entre outras coisas, eu advoguei que a pandemia é um evento geográfico, quando se analisam os sistemas de ações articulados e indissociáveis dos sistemas de objetos, como pensa Milton Santos. Os sistemas de ações e seus eventos têm um conteúdo de intencionalidade. É arriscado dizer que uma pandemia é intencional, porque os fascistas sempre distorcerão as ideias na perspectiva anticientífica, na afirmação de que a China fez um novo vírus pra provocar a pandemia e, com isso, ganhar dinheiro. Mas, do ponto de vista de uma abordagem histórica, o processo de desenvolvimento da sociedade sob um padrão voltado à submissão do espaço mundial e dos territórios nacionais à racionalidade capitalista, a lógica do lucro, como objetivo absoluto, tem gerado, como regra, situações de desequilíbrio (miséria, fome, falta de moradia e de saneamento básico, desflorestamento etc.) que, em grande medida, estão vinculadas ao surgimento de pandemias e outros eventos de caráter biológico, sanitário e socioespacial.

Então, refletir na perspectiva de espaço como um sistema de sistemas, uma hibridez entre sistemas de objetos e sistemas de ações, permite-nos pensar criticamente a ação dos sujeitos hegemônicos que buscam o uso do território baseado no desmatamento, na exploração mineral a qualquer custo, dizimando comunidades tradicionais, comunidades indígenas, e nas áreas urbanas tendo como vetor o capital talvez mais sanguíneo, que é o capital especulativo, imobiliário. Aliás, refletindo sobre capitalismo e a questão da moradia, em um livro organizado por Ermínia Maricato com participação de Paul Singer, esse tema é tratado de modo profundo. Como foi pensado por Marx, a partir da teoria de David Ricardo sobre a renda da terra o professor Paul Singer e Ermínia refletem sobre o poder que a especulação imobiliária tem de destruir projetos e estruturas institucionais lindos.

Com a intenção de mudar o país, de transformar o território brasileiro em um abrigo para todos e não só pra uma minoria, as instituições e as normas, que foram conquistas sociais, podem cumprir papel importante para viabilizar este futuro possível, justo, feliz e em que o direito à habitação seja mais um dos direitos garantidos a todos os cidadãos; que o direito de morar dignamente seja tratado como inalienável à condição de cidadania. A criação do Ministério das Cidades, o Estatuto da Cidade, entre outros, são exemplos de conquistas históricas inviabilizadas pela lógica hegemônica.

Infelizmente, as desigualdades, como observou a Ermínia Maricato, só têm crescido no país ao longo dos últimos anos. Quando se busca dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), encontra-se, no máximo, dados projetados até 2019, porque há intencionalidade na desinformação das forças autoritárias instaladas no Brasil a partir do golpe de 2016 que cassou criminosamente o mandato da presidenta Dilma Rousseff. A violência institucional e o ódio não eram só contra a Dilma, mas contra a possibilidade do Brasil afirmar-se cada vez mais como país soberano, exercendo a possibilidade de uma verdadeira modernização, que buscasse equilíbrio ecológico e justiça social, e não a modernização conservadora ou incompleta, que se faz como discurso, como fábula de desenvolvimento, já que esse padrão de acumulação provoca mais desigualdades, busca eliminar as diferenças que enriquecem o território em termos étnicos e paisagísticos e ampliar as desigualdades e vai, efetivamente,

em nome do lucro fácil, destruindo instituições e direitos nos mais variados aspectos. Eu coletei alguns dados que talvez corroborem com aqueles oferecidos pela professora Ermínia Maricato, que mostram que, além da habitação, a cidadania plena com inspiração nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foi contemplada na Nova Agenda Urbana resultante da 3ª Conferência Mundial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre habitação e desenvolvimento urbano realizada em Quito, em dezembro de 2016. A nova agenda urbana confirma, assim, objetivos que configuram a busca de uma cidade que ofereça, em plenitude, a cidadania. Então, ela não esquece, por exemplo, da violência contra mulheres, negros, indígenas, a comunidade LGBTQIAP+, que passam a ser temas necessários e indissociáveis da visão de desenvolvimento urbano. Naturalmente, a moradia é direito de todos, mas nós sabemos que em um país desigual, onde milhões de mulheres em situação de pobreza são chefes de família, quão é importante que uma política nacional considere a questão de gênero e outras questões que vão para além do estrito direito ao teto.

Mas vejamos dados do Sistema Nacional de Informação sobre o Saneamento (SNIS): 35 milhões de brasileiros não tem água potável; 100 milhões não tem acesso à rede de esgoto (e não estou falando do seu tratamento). No Pará, 53% não tem acesso a sistemas de água potável. Vale observar que o Pará é parte da Amazônia, que tem o maior acervo de água doce do planeta. O aquífero Alter do Chão é, hoje, considerado o maior do Brasil. Nesse estado nós temos uma capital com um déficit de cerca de 400 mil habitantes sem acesso à rede pública e a Companhia Estadual de Saneamento (Cosanpa) não consegue dar conta de suprir a população desse direito básico. E já foram décadas desde que a ditadura, em 1972 (quando foi criado o SERFHAU – Sistema Federal de Habitação e Urbanismo), concedeu às empresas estaduais a gestão dos sistemas de água e esgoto das nove regiões metropolitanas então instituídas, inclusive a de Belém. E o déficit é alto com regra geral, sendo menores no sul e no sudeste. Contudo, chega a ser paradoxal que um estado como o Pará tenha 4,5 milhões dos seus 8,7 milhões de habitantes sem acesso à água potável, as pessoas tomam água, mas adoecem porque usam poços com possibilidade de contaminação e, por isso, os índices de morbidade são elevados e a mortalidade infantil acima da média nacional. Além disso há um déficit de 88% de rede de esgoto, ou seja, a 8 milhões de paraenses é negado esse direito, no campo e nas cidades.

James Zomighani Junior, em uma pesquisa sobre a população médica em relação à população geral do Brasil durante a pandemia em 2020, mostra que em Brasília há 5,54 médicos por mil habitantes. A capital, então, é a cidade mais bem aquinhoadada nessa relação; Rio de Janeiro 4,4 por mil habitantes; São Paulo, a metrópole mais rica do Brasil, tem apenas 3,31. O Pará tem 0,98 médicos por mil habitantes e, apesar de o então governador Flávio Dino do Maranhão ter feito um trabalho voltado realmente a diminuir as desigualdades socioespaciais, nesse estado há apenas 0,93 médicos por mil habitantes. Então esses dados assustam, mas eles são parte da nossa realidade desigualmente estruturada.

Se olharmos o aspecto do déficit habitacional, constatamos que as desigualdades intraurbanas e inter-regionais são abismais. Vale lembrar que a Ermínia Maricato, idealizadora do Ministério das Cidades, comandou um importante estudo que serviu como programa de governo que elegeu o Lula presidente em 2002. Esse foi o mais profundo e rico estudo sobre financiamento e prova de que é possível zerar o déficit habitacional no

Brasil. Infelizmente, injunções políticas levaram o Ministério das Cidades a ser controlado pelo Partido Progressista (PP), partido do Maluf, e isso alterou negativamente os rumos da política urbana tão bem elaborada. Apoio a eleição do Lula¹ à presidência em 2022. É claro que julgo fundamental um projeto claro para Amazônia, por sua importância estratégica à soberania territorial e à contenção da crise climática que se aprofunda devido ao desmatamento e os incêndios criminosos da floresta. Além disso, uma nova política nacional de desenvolvimento urbano obediente à Nova Agenda Urbana da ONU é aspecto fundamental a ser defendido. Essa perspectiva progressista evoca-nos a defender a ideia de que se é lícito ter diferentes partidos colaborando em várias pastas, uma, contudo, deve ser “do presidente” e, por isso, estará fora das partições político-partidárias: a política de desenvolvimento urbano com a reinstalação do Ministério das Cidades. Confesso ter sentido tristeza ao ver Olívio Dutra exonerado do Ministério das Cidades e substituído por forças descomprometidas com a reforma urbana tão imprescindível ao país.

Esse fato político merece ser lembrado para que não cometamos erros de consequências irreversíveis. Sabemos, que com todas as contradições, o Governo Lula foi uma revolução no país em que o pobre nunca tinha tido vez, e onde o “nós” sempre aterrorizou aqueles que ocupam a estrutura do estado, porque o “nós” é perigoso, e quando se ouve a Ermínia Maricato falar em conferências municipais, estaduais e nacionais, organizadas na perspectiva da reforma urbana, nós podemos afirmar que isso se reproduziu em diversas áreas (saúde, povos indígenas, educação, cultura etc.). Importa lembrar os avanços consequentes da superação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Sim, porque o Fundef criado por Fernando Henrique Cardoso foi um crime contra as crianças com menos de 7 anos, contra todas as crianças com deficiência, além dos jovens com mais de 14 anos que não tinham concluído o ensino fundamental, que não eram contabilizados nas estatísticas, porque eram desconsiderados fins de pagamento do *per capita* às prefeituras e estados. O Fundef criou uma geração de jovens com deficiências profundas em sua formação escolar. A explicação é simples: prefeitos e governadores fecharam creches, programas de educação de jovens e adultos, programas de educação inclusiva para crianças com deficiência, haja vista que esses serviços essenciais deixaram de ser remunerados. Então, a implantação do Fundeb foi uma conquista revolucionária para nosso país, que passou a incluir crianças de todas as faixas etárias nos investimentos do fundo. Como advogam educadores, a faixa etária entre 0 e 7 anos é a que mais permite potencializar o desenvolvimento integral de uma criança, com vistas a sua formação como cidadã plena, na medida em que é o período em que as conexões cerebrais, as sinapses, são construídas e, depois, vão ser desenvolvidas de modo que crianças violentadas na primeira infância pela negação do direito à educação são hoje adultos carentes de uma formação que garanta o desenvolvimento cognitivo, psicomotor e a sociabilidade. Claro, a dinâmica urbana sofreu as consequências dessas irresponsabilidades.

São muitas as conquistas desse curto período histórico e nós, que fizemos parte dessa realização de sonhos, temos que recuperar essa memória, mesmo porque os fascistas tentam a apagar ou a enlamear.

¹ Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do Brasil no período de 2003 a 2010.

Retomemos à questão habitacional propriamente dita. Segundo a Fundação João Pinheiro, com base em dados do IBGE, em 2016 tínhamos 5.657 milhões de pessoas sem casa no Brasil. O déficit quantitativo em 2019 já alcançara quase 5,9 milhões. No Pará o déficit alcançou em 2019, 354.296 famílias sem teto, o que é muito significativo para uma população de 8,7 milhões de habitantes. E Belém, que em 2016 tinha um déficit de 62.816 unidades, em 3 anos alcançou 79.490, período em que a cidade ficou mais pobre. Vê-se, portanto, que os desafios são enormes.

Há um abismo entre a realidade e a nossa Constituição da República (1988). No capítulo que compõe o livro “Reflexões Geográficas em tempos de pandemia” busquei na Constituição de 1988, entre outras referências, o Art. 3º, §3 que diz: “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”, no §4 diz: “promover o bem de todos sem preconceito de origem, raça, cor, sexo, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Infelizmente, o que vimos recentemente, após o golpe de 2016, foi o fim do Ministério das Cidades, de um programa fundamental para o desenvolvimento econômico para garantia do direito à moradia (Programa Minha Casa Minha Vida/PMCMV), que precisava certamente de ajustes como defende a Ermínia Maricato, mas que foi extinto e, o que é pior, substituído por uma ficção, o *Programa Casa Verde e Amarela*, logo, o resultado tem sido: obras paradas, empresas falidas, operários desempregados e mais alguns milhões de brasileiros sem teto. E, paradoxalmente, empresários que se capitalizaram através de programas como PMCMV e PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) ajudaram a dar o golpe em 2016, muitos dos quais mantêm apoio à política de destruição de direitos e à destruição institucional do país, comandada pelo presidente fascista Jair Bolsonaro.

Pode ser exagero meu afirmar que vivemos uma espécie de “urbicídio” no Brasil, devido ao intencional processo de aprofundamento das desigualdades socioespaciais urbanas. O conceito de “urbicídio” vem sendo discutido pela ONU através da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). O debate surgiu em 2013, devido aos bombardeios na Iugoslávia, Sarajevo e outras cidades históricas importantes, onde a destruição do patrimônio histórico, cultural e natural foi assustadora. Então, passou-se a debater a possibilidade de tipificação de novo crime internacional, qual seja, o crime de destruição de cidades, ou “urbicídio”. Pode ser exagerado, mas serve aqui como metáfora. Não seria “urbicídio” essa destruição do equilíbrio social, ecológico e da democracia do nosso território e, particularmente, das cidades brasileiras, tendo em vista que as decisões são de caráter político, que elas cumprem interesses que vão para além dos interesses sociais e praticamente significam o uso do Estado Brasileiro em função exclusivamente do enriquecimento de uns muito ricos, às custas da destruição de direitos, inclusive direitos de moradia, de milhões e milhões de brasileiros? Então, quizá nós possamos dizer que vivemos uma situação de “urbicídio”, de crime contra as nossas cidades, mesmo que a guerra não seja feita com mísseis como os Estados Unidos fizeram, destruindo museus e hospitais do Iraque; no Afeganistão, em nome de combate aos Talibãs, que agora voltam a governar o país com a aquiescência do império estadunidense, ou mesmo no apoio à luta fratricida na região dos Bálcãs na Europa, além da conivência com a política destrutiva de cidades palestinas perpetradas pelo governo sionista de Israel. Cabe aqui uma reflexão sobre os direitos à cidade, a importância de pensar a sociedade, os que são excluídos do exercício da cidadania, entender aquilo que o geógrafo Rogério

Haesbaert ao referir-se a “território mínimo” conceitua como sendo o “corpo território”, a importância disso, porque na hora da pandemia o território corpo (humano) não tem nada além do que o próprio corpo tem como território. Ele não tem quase como sobreviver, como resistir a uma pandemia ou, quando mora em algum abrigo, não tem água, não tem condições de usar sabão, um sabonete. Como resistir a uma pandemia que exige cuidados, higiene para quem não tem o que comer, muito menos como pagar por água, em um país onde o direito a água potável é negado e onde muitas autoridades boicotam o sistema de imunização?

No Pará há um município em que o prefeito, que é um grande produtor bovino e um entusiasta da vacinação dos seus milhares de bois contra a febre aftosa, a fim de garantir a exportação de seu rebanho e uma significativa massa de lucros, é o mesmo prefeito que se nega a vacinar sua população humana por ser apoiador do negacionismo científico defendido pelo presidente da república e sua milícia anticientífica. Com isso, enquanto Belém alcança níveis exemplares de imunização seu município permanece em níveis africanos, com a diferença de que os países pobres da África não podem comprar vacinas e os países ricos lhes viram as costas. Enquanto certos prefeitos, mesmo recebendo-as em quantidade suficiente, simplesmente se negam a salvar as vidas de seus cidadãos. São autoridades criminosas, mas legitimadas pelo voto popular, o que mostra que o que estamos debatendo aqui é o que a Ermínia Maricato também destacou: a necessidade de recuperar a democracia. Com todas as limitações da nossa democracia, foram as conquistas democráticas que possibilitaram muitos avanços para a cidadania, principalmente quando se compara ao período de autoritarismo, corrupção, sofrimento, torturas, mortes e destruição da soberania nos 21 anos da ditadura iniciada em 1964.

A perspectiva agora é entender os problemas da habitação como um dos problemas urbanos vitais, centrais, e pensar nos problemas urbanos como indissociáveis, mesmo havendo uma hierarquia entre eles, e habitação realmente é algo fundamental. Então, quando se pensa nessa perspectiva de totalidade, há de se pensar nos problemas municipais de habitação, nos problemas inter e trans municipais, porque há municípios autônomos, mas as regiões metropolitanas são formadas por municípios conturbados e problemas transregionais, bem como os de dimensões nacionais.

Também é importante retomar e enriquecer as experiências de Participação Popular, de Democracia Participativa para a construção de um Plano Nacional de Desenvolvimento e do plano nacional de desenvolvimento urbano a ele conexo. Por enquanto, cabe elaborar o projeto que em 2023 poderá se transformar em política de governo. Sim, porque podemos ter um governo comprometido com o país, com a soberania nacional, com a cidadania e o que formos capazes de produzir de forma coletiva e ampla possa se transformar nas bases de um grande projeto voltado a superar a catástrofe urbana que nos tem sido imposta. E que se recupere a beleza de letra expressa no Estatuto da Cidade e no Estatuto da Metrópole, que não podem ser sepultadas como letras belas, mas mortas.

A gestão metropolitana não alcançará a melhor eficácia sem que tenhamos instrumentos de planejamento territorial metropolitano. As desigualdades inter-regionais não serão diminuídas sem um projeto urbano para o território. Alguns países têm, na própria estrutura do Estado, espaços subnacionais de planejamento e gestão metropolitana. Na Itália dos ancestrais da Ermínia Maricato, existem as províncias que representam as

regiões ou os aglomerados urbanos. No Brasil há regiões metropolitanas, mas não há órgãos de gestão metropolitana que, contudo, estão previstos no Estatuto da Metrôpole. Por isso, será um desafio a ser enfrentado, pensar uma política de desenvolvimento urbano que seja democrática e que respeite o princípio da autonomia dos entes federativos.

A crítica ao sistema, à crise urbana e à crise habitacional, no período da pandemia, não nos autoriza a positivar a covid-19. Ouvei de pensadores críticos que agora é o momento de avançar, porque a crise econômica iria parar, em grande medida, a economia e isso faria diminuir o ímpeto destrutivo da floresta e de outros níveis destrutivos da lógica capitalista. Não é isso que constatamos. Realmente, o desmatamento na Amazônia, bem como o número de incêndios aumentaram de forma drástica. Somente de agosto a julho de 2021 o desmatamento na Amazônia foi de 10.426 km², Belém tem pouco mais de 1.000 km², a área devastada equivale a dez metrópoles como Belém, que hoje tem 1,5 milhão de habitantes. Logo, na área desmatada da Amazônia caberiam dez vezes a população atual de Belém, ou seja, mais de 15 milhões de habitantes.

É um dado assustador que, em 12 meses, no meio de uma pandemia também assustadora, tenha-se destruído tanto esse bioma. Então, realmente, não dá para se positivar a pandemia. Ainda que, como bem falou a Ermínia Maricato, “toda situação de crise de qualquer dimensão econômica, social ou sanitária oferece-nos a possibilidade de sua superação qualitativa”. Esse é o desafio de nossa reflexão: pensar alternativas ao sistema desigualmente estruturado. A jornalista Cristina Serra, em artigo que escreveu para a Folha de São Paulo, dizia: “hoje, a peste se alimenta do sangue da periferia”. Isso dialoga com a ideia de “corpo território”. Realmente, onde os pobres moram, é exatamente onde o vírus tem incidência mais drástica, mesmo que para alguns epidemiologistas seja um vírus democrático, haja vista que atinge ricos e pobres, pretos e brancos, os que andam de helicópteros e os que andam a pé por falta de condições de pagar a tarifa do ônibus etc. Mas as estatísticas mostram que, entre os que são infectados pelo novo coronavírus, os níveis de óbitos da população trabalhadora, negra, periférica, favelada, os sem teto, são muito mais elevados. Então, as desigualdades socioespaciais também gritam na pandemia. Cristina Serra e outros pensadores chegam a falar em Projeto de Eugenia, porque há quem queira deixar morrer para que os que sobrevivam se constituam numa espécie de “raça superior”. Percebemos, realmente, sinais de fascismo.

Pode-se, também, afirmar que o otimismo é positivo, porque nos evoca perceber que o futuro pode ser virtuoso. Mas não há razão para a afirmação de que o coronavírus é uma boa notícia. Ermínia Maricato nos questionou: “o futuro da humanidade como será?” Alguns dirão que talvez a barbárie seja uma possibilidade; outros dirão que nem mesmo a barbárie nos espera, mas o próprio fim da humanidade. E essa é uma possibilidade real, ainda que não tão próxima. Mas devemos pensar para o longo prazo. Para Leonardo Boff: “ou obedecemos a nossa natureza essencial de respeito à casa comum ou o caminho será sem retorno”. Em se mantendo os padrões da racionalidade capitalista, é sem retorno mesmo.

Chomsky chegou a afirmar que se não tivermos um “*Green New Deal*”, uma espécie de novo acordo verde, viveremos a desgraça irreversível. Mas, também, evoca-nos a ter esperança, aquela do arquiteto norte americano Frank Lloyd Wright: “no presente repousa a esperança, haja vista que este é a sombra movendo-se entre o ontem e o amanhã”. Daí a

importância de recuperarmos o ontem como possibilidade de ancorar o futuro possível no presente, que é um conjunto de temporalidades sintetizadas.

Referências

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2 ed., Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FJP. **Déficit Habitacional e Inadequação de Moradias no Brasil**: principais resultados para o período de 2016 a 2019. Colhido de http://novosite.fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/04.03_Cartilha_DH_compressed.pdf. Acesso em: 5 dez. 2021.

HAESBAERT, R. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. **Revista do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFF**, Niterói, v. 22, n. 48, p. 75-90, 2020.

MARICATO, E. (Org). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

ROBICHEZ, J. O que é Urbicídio? Uma leitura crítica. **Outras Palavras**, 2021. Disponível em: <https://blog.metzzer.com/referencia-de-sites-e-artigos-online/>. Acesso em:

RODRIGUES, E. B. Pandemia da covid-19 e território usado no contexto da crise da globalização neoliberal. *In*: COUTO, A.; MENDES, L. (Orgs.) **Reflexões Geográficas em Tempos de pandemia**. Ananindeua: Itacaiúnas, 2020, p. 31-41.

ZOMIGHANI J. H. J. **Distribuição dos médicos – Pesquisa Covid19 no Brasil**. Colhido de www.facebook.com/mariaadelia.souza. Acesso em: 4 mai. 2020.

SALATA, A. R.; RIBEIRO, M. G. **Boletim Desigualdade nas Metrôpoles**. Porto Alegre, n. 4, 2021. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/>. Acesso em: 7 dez. 2021.